

A NOSSA LUTA É TODO O DIA! DERROTAR OS ATAQUES DOS GOVERNOS E FORTALECER A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS

Contribuição do alicerce e trabalhadores independentes para o V Congresso do SIMPA

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres” – Rosa Luxemburgo

A construção dessa tese se dá após um período de muitas lutas e enfrentamento político contra o governo municipal. Isso porque a intensificação dos ataques à classe trabalhadora é sentida diariamente e fica cada vez mais evidente a resposta dos governos à crise: trocam favores e dão o nosso dinheiro àqueles que financiam suas campanhas eleitorais garantindo seu lugar no poder e deixando nas costas dos trabalhadores e do atendimento à população o enxugamento de gastos (corte de RH, terceirizações, fim de concursos), o aprofundamento da precarização, o sucateamento do serviço e o assédio moral.

Durante nossas lutas, o aprendizado foi constante, produzimos ideias e nos formamos politicamente. Ficou nítido nesses processos que para barrar os ataques e obter conquistas, precisamos de toda a categoria mobilizada nas ruas, e que a construção da resistência e mobilização dos trabalhadores municipais passa por um amplo trabalho de base com visitas aos locais de trabalho, comunicação efetiva, formações e um maior envolvimento dos municipais com as atividades políticas da categoria.

Nesse sentido, compreendemos que o Congresso do Simpa é um espaço para: avaliar o período e a nossa atuação, debater apontamentos para avançarmos na organização sindical e no fortalecimento da categoria municipal e nos prepararmos para a luta do ano seguinte. Portanto, para além do Congresso ter necessidade de ser anual, acreditamos que este deve reunir o maior número possível de municipais. Essa tarefa não pode ficar restrita aos grupos políticos organizados dentro do sindicato. A organização sindical é um problema que envolve toda a categoria. Estamos convictos que precisamos avançar na organização e participação dos municipais no dia a dia do sindicato para encarar os próximos anos que continuarão sendo de retirada de direitos e, portanto, de muita luta!

A BARBÁRIE CAPITALISTA AVANÇA CONTRA OS TRABALHADORES NO MUNDO

Nas últimas décadas o capitalismo tem buscado alternativas contra o esgotamento do sistema. A humanidade teria hoje condições de produzir em abundância os bens e alimentos necessários a manter uma vida de qualidade para todos, mas é impossível que isso seja realizado pelo capitalismo, que extermina a natureza e degrada as condições de vida nas grandes cidades.

O mundo capitalista passa por uma reestruturação do modelo produtivo visando baratear o custo da mão de obra empregada em todos os setores da economia. Resumindo, aumentar a exploração dos trabalhadores. Espanha, Portugal, Grécia, China, França. Em todo lado vemos ataques aos direitos dos trabalhadores, redução de garantias, pensões. O receituário é o mesmo: caem as margens de lucro, os governos saem em defesa de seus empresários e banqueiros, e jogam a conta para o povo.

O colapso da economia piora o quadro social. A barbárie abre espaço para fundamentalismos, para ressurgimento de grupos e partidos fascistas. É a guerra na Ucrânia, a Guerra da Síria, o Estado Islâmico. São milhões de refugiados, que na ânsia de buscar uma alternativa preferem arriscar a vida e milhares morrem afogados, asfixiados.

A precarização do trabalho e da vida avança em todo o mundo. No Brasil, os postos de trabalho criados durante o crescimento econômico no governo Lula foram, na maioria, para ocupações precarizadas. Trabalhadores subcontratados, terceirizados, contratos temporários e todo tipo de flexibilização constituem o paradigma da nova organização das relações de trabalho para beneficiar o empresariado brasileiro. Os concursos públicos, as garantias trabalhistas estatais, planos de carreira, valorização salarial, enfim, tudo será padronizado por baixo, ao nível do que hoje são os terceirizados.

Não é por acaso que há um projeto em trâmite que praticamente libera a terceirização para todas as atividades econômicas do país. A precarização do trabalho representa a perda de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores ao longo do século XX. Reforma da previdência, reforma na educação, reforma fiscal e tributária, todas elas visam extinguir os direitos sociais e aumentar a exploração do trabalho.

As respostas políticas que surgem para essa crise são ainda apenas no terreno eleitoral, e via de regra acabam por trair a esperança do povo. Setores da esquerda vibraram com a vitória de Syriza na Grécia, e assistimos o povo ir ao plebiscito dizer não à troika e o governo trair e assinar acordo aplicando o receituário de Angela Merkel.

A crise capitalista atinge o Brasil. Ao longo do período de crescimento econômico no governo Lula, não houve incremento no parque industrial, no desenvolvimento tecnológico da produção e na estrutura econômica do país. Os governos Lula e Dilma conseguiram um fôlego com a expansão da economia chinesa, e o país voltou a priorizar neste período a exportação de matérias primas (minério de ferro, grãos). Agora com a crise chinesa esta opção cobra seu preço.

O governo sofre uma crise de credibilidade pelas denúncias de corrupção (ampliadas pela direita retrógrada e por seus representantes na mídia), e tenta preservar os lucros do setor financeiro e agroexportador. O que os governos propõem é o ajuste fiscal. O receituário liberal adotado pelo Partido dos Trabalhadores significou socorro aos bancos, abriram mão de impostos para incentivar a produção da indústria automobilística, forneceram incentivos e isenções fiscais para grandes empreendimentos imobiliários, tudo isso alavancado por uma abundante oferta de crédito.

Com a crise, com o endividamento das famílias, o que faz o Partido dos Trabalhadores?

Dificulta o acesso ao seguro desemprego, justo no momento em que o desemprego se eleva, a aposentadoria não acompanha o ritmo inflacionário e perde o valor ano após ano, aumentam os impostos que atingem os trabalhadores, mas não tem coragem de taxar as grandes fortunas, de enfrentar o capital.

Temos que resgatar a indignação popular contra os ataques aos direitos. A falsa oposição da direita que centra no discurso ético não pode nos enganar. A corrupção é parte do sistema capitalista, não basta tirar um partido e colocar outro achando que será suficiente.

Estes que aí estão já mostraram sua capacidade de meter a mão no dinheiro público em benefício próprio, denúncias de corrupção atingem PT, PMDB, PSDB, PP, PDT. As doações de campanha pelas empresas são cobradas depois em obras, concessões, licenças ambientais. O valor doado aos partidos e candidatos de todo o país durante o primeiro mês de campanha eleitoral em 2014 chegou a R\$ 220 milhões. Dos dez maiores doadores, cinco são empreiteiras. OAS, Queiroz Galvão, UTC Engenharia, Grupo Carioca Christiani Nielsen e Andrade Gutierrez. Coincidentemente, são essas mesmas empresas que são contempladas nas licitações públicas para executarem obras de programas sociais e megaempreendimentos nas cidades.

As respostas de nossa classe são ainda no campo da resistência, da denúncia do sistema. Os trabalhadores que sustentam o país ainda não possuem um projeto político próprio para o país, ainda são governados pela vontade da burguesia. Os governos tem radicalizado a luta contra o povo, armam as polícias com equipamentos modernos de repressão ao povo, silenciam com os assassinatos de trabalhadores e estudantes. No México 43 lutadores foram desaparecidos pelo estado mexicano em aliança com o narcotráfico. No Brasil, indígenas estão sendo assassinados/dizimados por latifundiários, e nas favelas e periferias do país acontece a matança diária de jovens negros pobres.

PORTO ALEGRE: UM PROJETO DE CIDADE PARA POCOS

Em Porto Alegre as questões sociais e problemas da cidade têm sido resolvidos de maneira cada vez menos democrática. No caso do transporte público, isso fica muito claro: os interesses dos grandes empresários têm mais importância para a administração Fortunati/Melo do que as necessidades da população porto-alegrense.

O acesso da população a espaços públicos como o Largo Glênio Peres e o Cais do Porto vem diminuindo pouco a pouco. Desde 2011, por exemplo, a Prefeitura vem buscando limitar a realização de atos públicos, culturais e artísticos no Largo Glênio Peres que vai se transformando cada vez mais em um grande estacionamento e palco de ações empresarias/publicitárias.

Já nas discussões em torno da revitalização do Cais da Mauá, o consórcio encarregado da execução das obras pronunciou-se afirmando que se não houvesse torre ou shopping, nenhum projeto de revitalização seria executado. O poder de decidir e mandar sobre o que acontece na cidade continua nas mãos dos empresários.

Quando pensamos em nossa situação como municipais, vemos que o mesmo modelo de cidade é aplicado aos trabalhadores: nossas pautas, nossas necessidades, nossos anseios não são escutados pela Prefeitura. Não à toa, temos de recorrer seguidamente a instrumentos de luta, como as constantes greves que realizamos no município. Precisamos lutar, porque historicamente nunca somos escutados. Portanto, a luta coletiva é algo que certamente seguirá no horizonte dos municipais.

No intuito de contribuir para a perspectiva de luta da categoria, pontuamos brevemente como os ataques e o desmonte do serviço público se desdobram em algumas secretarias:

SMED

Não há uma política educacional em Porto Alegre. A SMED não pensa um projeto de desenvolvimento da educação na cidade. Na realidade, a secretária Cleci segue muito bem a cartilha dos governos: enxugamento de gastos. Como resultado, temos: o não cumprimento do 1/3 de hora atividade (que significa a nomeação de mais professores/as, em especial, para a educação infantil), parcerias público-privadas sem vínculo algum com a escola propagandeando que “há educação integral”, falta de RH, e enturmações, deixando ainda mais distante a perspectiva da necessária redução de alunos/as por turma. Nem mesmo as resoluções que tratam da redução de alunos/as por turma na educação infantil (15/2015) e a da educação especial (13/2013) são respeitadas pela SMED/PMPA.

O que vemos - sem entrar no mérito das diferentes opiniões sobre a “ciclagem” – é o total esvaziamento do projeto dos ciclos: fim das turmas de progressão, horas insuficientes de SIR, professores de setor/L.A./projetos tendo que “entrar em sala” para cobrir a falta de RH e o “ciclo” enquanto sinônimo de “progressão automática” com vistas apenas à melhoria nos índices, desconsiderando o aprendizado dos/as estudantes. Enquanto isso, pesquisam apontam que o fenômeno do adoecimento em decorrência da profissão – seja no campo dos problemas respiratórios ou da voz, na estrutura musculoesquelética ou mesmo no campo do adoecimento psíquico, especialmente na figura da síndrome de burnout - é um aspecto central na vida de educadores e educadoras.

A questão da violência nas escolas e do ponto eletrônico, somada a precariedade da estrutura física e a inexistência de formações de qualidade e espaços de encontro e trocas entre docentes da rede, dão o “tom” dessa administração que não se importa com os trabalhadores e seu fazer pedagógico, mas, por outro lado, investe em assédio, autoritarismo, controle e na verticalização das decisões da educação.

FASC

Os trabalhadores e usuários da assistência estão em um momento crítico: faltam trabalhadores, segurança, estrutura física e material. Os cortes no orçamento, a falta de repasses e de autonomia na gestão de recursos, a ameaça da não continuidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o assédio moral e a precarização levaram 64 trabalhadores a aderirem ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) e o quadro que já era de profunda defasagem ficou ainda pior. Hoje, no quadro de servidores, 872 cargos estão vagos e somente 315, ocupados. Enquanto o quadro de servidores diminui, o governo amplia a contratação de empresas terceirizadas e sinaliza com um novo Programa de Demissão Voluntária. Além disso, entre as secretarias municipais, são os trabalhadores do SUAS os que possuem a menor remuneração. Comparando trabalhadores que desempenham a mesma função e entraram no mesmo período, a remuneração na FASC é de R\$1400,00 a menos em relação ao trabalhador da saúde, por exemplo.

A situação da rede de proteção com condições de trabalho precárias e desgastantes, decorrentes das superlotações, da morosidade no sistema de justiça e da ausência de retaguardas para as demandas de saúde mental, de educação, habitação e cultura é de extrema gravidade e precisa urgentemente de investimento e de recursos humanos. Enquanto faltam recursos para criar condições de trabalho dignas, prover cargos vagos, realizar concurso público, implementar o difícil acesso, a isonomia salarial, a GFASC e dar garantias de atendimento à população sobra dinheiro para a implantação do ponto eletrônico o que é mais um exemplo do que é, na realidade, a prioridade desse governo.

DMLU

O DMLU tem 90% de serviços operacionais realizados por empresas terceirizadas, serviços que são essenciais para a cidade no que tange à limpeza e também à saúde da população. Isso significa que além do serviço oferecido ser precário (sem treinamento, sem vínculo trabalhista e nenhuma condição de trabalho), os trabalhadores são fragmentados dificultando completamente a organização e mobilização do setor. Nesse sentido, apesar do serviço do DMLU ser considerado essencial – o que significa que não podem aderir em peso às greves - os trabalhadores NÃO recebem a essencialidade. A realidade é que a remuneração dos servidores já é baixa, o salário dos terceirizados é ainda mais baixo e o número de CCs aumenta cada vez mais no setor, ganhando o triplo dos servidores de carreira.

Para além da questão econômica, a estrutura do DMLU está em estado precário: sem uniformes, banheiros em estados deploráveis, setores sem lugar adequado para alimentação, locais em que trabalhadores têm contato direto com o lixo, um plano de saúde que não atende as reais necessidades dos trabalhadores, etc. A situação do DMLU é crítica e urgente: o que temos é a extinção do concurso público na secretaria abrindo espaço para a corrupção e a privatização.

GOVERNANÇA LOCAL

Na sua origem, a Secretaria de Governança Local, foi concebida para atuar no fomento de políticas públicas que possibilitassem ampliação da solidariedade e do respeito, focando no desenvolvimento das comunidades do município. Infelizmente, observamos que no dia a dia de trabalho isso não chega nem perto da concretização. A atuação é via Conselhos Tutelares, Centros Administrativos Regionais (CAR) e 156 (Gerência de Atendimento ao Cidadão). A rotina transcorre entre demandas extremamente urgentes, as quais geralmente são tratadas de forma precária, pois além de termos falta de estrutura, conta-se com poucos recursos materiais de trabalho e um número cada vez mais reduzido de colegas.

A preocupação com a melhoria do atendimento a população porto-alegrense desencadeou uma mobilização extremamente forte entre os anos de 2013 e 2014 com a construção do projeto da GGOV, indicado pelo gabinete do prefeito, contudo, nenhum avanço foi demonstrado, pelo contrário, a situação atual da Governança é preocupante. O sentimento de insatisfação e desmotivação entre todos os colegas é visível e resulta no crescente número de exonerações e solicitações de cadência para outras Secretarias. Perdem-se ótimos colegas que em muito poderiam contribuir para a qualificação do trabalho desenvolvido. A terceirização também assola a SMGL, não por acaso, em um dos setores mais aguerridos na luta municipal, GAC-156, que está com o processo de terceirização praticamente concluído. Infelizmente, mais uma vez os trabalhadores sofreram um golpe do executivo: tudo que estava combinado com os colegas do GAC-156, impostas pelo próprio Gabinete, foi alterado, e a decisão de quais colegas serão contemplados com cedência para outras secretarias fica a cargo do Comitê Gestor de Segunda Instância. Não se sabe quais serão os novos locais de trabalho dos colegas do 156, nem suas tarefas, carga horária e remuneração. O executivo dá exemplos acumulados de desrespeito, tornando o ambiente de trabalho cada vez mais impraticável para uma rotina de trabalho sadia. As melhorias alcançadas foram frutos somente da mobilização e diálogo entre os colegas das outras secretarias do município. Do governo Fortunati/Melo apenas recebemos truculência e falta de transparência.

SMS

Na saúde pública é aonde vimos grandes prejuízos que são trazidos pela precarização. Nos postos de saúde públicos o Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF), uma fundação pública de direitos privado, toma o lugar em todas as regiões da cidade. Em locais maiores como HPS e HPV a iniciativa privada também já controla inúmeros serviços. O dinheiro do SUS é desviado do investimento no serviço público. Quem lucra são os empresários. Eles instalam empresas terceirizadas (limpeza, segurança, lavanderia) dentro das estruturas públicas dos serviços de saúde. Os donos dos planos de saúde privados também lucram vendendo serviços que são comprados com recursos públicos. Na negociação das pautas da greve de 2014 a prefeitura contemplou a reivindicação do plano de saúde para os municipais através de um convênio de caráter privado. Para os trabalhadores da saúde restam a precarização das condições de trabalho, o adoecimento, a terceirização (agentes comunitários,

enfermeiros e técnicos) e a divisão interna entre os colegas nos locais de trabalho, dificultando sua união para resistirem à retirada de direitos e a lutar pelas 30h. Para a população sobra o atendimento precário, demora para agendamento de consultas e cirurgias, falta de medicamentos, grandes filas nos postos de saúde.

MOVIMENTO E PERSPECTIVAS

Desde o início de 2014 - às vésperas da Copa do Mundo e das eleições - a categoria municipal se movimentou para garantir índices dignos para um reajuste salarial mínimo. Naquele ano, o trancamento da entrada do transbordo (lixão) cumpriu um papel fundamental e resgatou uma tática da tradição de luta dos municípios de 1988, impedindo o recolhimento do lixo de nossa cidade, destacando a importância da categoria, ganhando visibilidade na mídia e mostrando para a população a precarização de nossas condições de trabalho.

Logo após o fim da greve de 2014, quando ainda estávamos em tratativas com o governo sobre parte de nossa pauta (plano de saúde, gratificações, condições de trabalho), foi recolocado em cena o problema do efeito cascata. Neste momento, vários trabalhadores e o coletivo alicerce apontaram a necessidade de resolvê-lo ainda em 2014, nas ruas, visto que era uma pauta política e a prefeitura não teria gastos adicionais para reorganizar nossos salários, sendo este um problema com o executivo e não com a Câmara. Além disso, deixar pra resolver o problema em 2015 implicaria em negociar com o governo duas pautas importantíssimas (efeito cascata e reajuste salarial) onde uma poderia sair prejudicada - e assim o governo desejava.

O efeito cascata não se resolveu em 2014 e iniciamos 2015 com um golpe severo por parte do governo: a resolução do efeito cascata para parte dos trabalhadores da Secretaria da Fazenda, que ganham os mais altos salários da PMPA, destinando ao restante dos municípios um corte salarial de até 38%. A indignação cresceu entre os municípios e tivemos uma das mais fortes greves da história do município. Foram 15 dias de luta radicalizada com ampla participação das secretarias onde trancamos a SMA, a Siqueira Campos e a Controladoria Geral do Município. Arrancamos o PL do efeito cascata e por muito pouco não saímos com a inflação integral. Tínhamos condições? Sim. Tínhamos força (tanto que perdemos uma enorme assembleia por 60 votos) e a prefeitura tinha dinheiro. Não foi à toa que o governo concedeu a inflação integral para as Fundações e ONG's uma semana depois que findou nossa greve.

A LUTA EDUCA!

Para além do PL do efeito cascata, o grande ganho da categoria foram as experiências com as táticas de luta, a solidariedade, a união e o aprendizado de que a pressão no governo se faz nas ruas, trancando, gritando, realizando oficinas, montando charangas, dando visibilidade à população dos problemas que enfrentamos diariamente.

Ficou evidente que as diversas idas à Câmara e as conversas que fizemos com os vereadores de nada adiantaram. Estes estão a serviço do que decidem seus partidos e de nada vale o que diz o trabalhador. As táticas de luta que tencionaram o governo foram, de fato, as que impediram o acesso a pontos-chave da cidade como setores da prefeitura, ruas e avenidas. Outro ponto a ser destacado são os métodos de comunicação: desde a mobilização indo diretamente aos locais de trabalho e conversando com os servidores (e isso nada substitui) como as que auxiliaram na nossa organização: grupos de whatsapp, mapas digitais dos piquetes e simuladores, foram fundamentais ao movimento.

Há ainda que se destacar o comando de greve aberto onde os trabalhadores reuniam diariamente dispostos a pensar o dia a dia e contribuir com o movimento. Essa foi uma grande experiência que possibilitou não só a decisão democrática dos rumos do movimento mas também a politização do movimento.

Os aprendizados da greve foram muitos, e a luta coletiva é algo que certamente seguirá no horizonte dos municípios. Mas como será nossa luta?

Acreditamos que, antes de qualquer coisa, nossa luta é cotidiana. A mobilização e a participação devem ser constantes. É através da mobilização e da participação que acessamos informações, aprendemos e construímos os laços de união e a confiança que utilizaremos para levantar nossas ações sempre que

necessário. Todo o resto serão apenas palavras se não tivermos uma categoria constantemente preparada para a luta e para o apoio mútuo.

E como podemos construir a mobilização e a participação constantes? Essa construção só pode ser feita na prática, ocupando espaços de luta como os Conselhos de Representantes, participando criticamente das reuniões pedagógicas das escolas e demais espaços de trabalho, tomando parte dos atos coletivos que dizem respeito aos interesses dos trabalhadores, acompanhando de perto a vida sindical da categoria. Nesse sentido, é fundamental:

- O fortalecimento da participação dos Conselhos de Representantes no cotidiano da categoria alavancando o trabalho de base e as visitas aos locais de trabalho, bem como, a ampla participação da categoria nos debates dos Conselhos de Representantes.

- Que o Congresso do sindicato seja amplamente divulgado e não se restrinja a preceder apenas anos de eleições sindicais. Que seja anual e prepare a luta da categoria para o ano seguinte.

- A construção de formações e cartilhas sobre o sindicato e a luta dos trabalhadores. Pontos essenciais para a aproximação e a politização dos municipais.

- A elaboração de uma plataforma digital colaborativa como instrumento a mais na participação da categoria. O objetivo da plataforma é facilitar que as opiniões e informes dos municipais cheguem ao sindicato. Não podemos substituir a presença física das pessoas nas reuniões e discussões pela participação virtual, mas é inegável que os “ambientes virtuais” já são amplamente utilizados por nossos colegas.

- Que com o crescimento da terceirização no município, o SIMPA crie uma secretaria que atue contra esse mecanismo e aglutine tais trabalhadores que não contam com um instrumento de luta combativo.

- Que as eleições do sindicato sejam realizadas por proporcionalidade direta e irrestrita, possibilitando que a diretoria seja composta pelas diferentes matizes que compõem a base dos trabalhadores municipais.

- Criar um calendário que impulse o debate sobre a necessidade de filiação a uma central sindical independente de governos e patrões.

É necessário lutar contra todos que aqueles nos exploram. Unificar o campo da classe trabalhadora para derrotar estes governos e construir uma alternativa do povo. A única maneira de defendermos nossos direitos é derrotando os governos Dilma, Sartori e Fortunati e, para isso, os espaços de luta devem ser ocupados todos os dias, porque nossa luta é diária. Nenhuma confiança nos governos, autonomia e independência na organização dos trabalhadores, só a luta muda a vida. A nossa luta. Foi assim no passado. É assim no presente. E será assim no futuro.

Outubro de 2015

ASSINAM ESSA TESE

Alcino Evelásio da Rosa - DMLU Cândia Gomes

Davi Aragão - SMGL

Fabrizio Santos da Costa - EMEF Morro da Cruz

Gustavo Coelho - EMEF Grande Oriente

Iago Gonçalves Cunha - FASC

João Genaro Finamor - EMEF José Loureiro da Silva e EMEF Aramy Silva

Rafael Padilha - EMEF José Loureiro da Silva

Tarcísio Silva - EMEF Leocádia Prestes e EMEF Moradas da Hípica

Tzusy Estivalet - EMEF Lidovino Fanton

Vilson Rodrigues Coelho - DMLU Azenha